

# ÍNDICE

Trabalhos dos Autores	11
Siglas e Abreviaturas	17
Nota Prévia	21
<b>1. História</b>	<b>23</b>
1.1. Os impostos especiais de consumo e a consolidação do Estado Fiscal	23
1.2. Os impostos especiais de consumo na era liberal	33
1.3. Os impostos especiais de consumo na era progressista	38
1.4. Os impostos especiais de consumo no século XXI	48
<b>2. Funções, Fundamentos e Efeitos dos Impostos Especiais de Consumo</b>	<b>53</b>
2.1. Funções dos impostos especiais de consumo	53
2.1.1. A função fiscal	53
2.1.2. A função extrafiscal	66
2.2. Fundamentos dos impostos especiais de consumo	77
2.2.1. O princípio da igualdade tributária	77
2.2.2. O princípio da capacidade contributiva	79
2.2.3. O princípio da equivalência	89
2.3. Efeitos dos impostos especiais de consumo	101
2.3.1. Efeito-rendimento e compensação	102
2.3.2. Efeito-preço e repercussão	104
2.3.3. Efeito-substituição, elisão e fraude	109
2.3.4. Tara perdida ou encargo excedente	112
<b>3. A Harmonização Europeia dos Impostos Especiais de Consumo</b>	<b>115</b>
3.1. A harmonização positiva	115

3.1.1. Do Tratado de Roma ao pacote de 72	115
3.1.2. Do Livro Branco do Mercado Interno ao Pacote Scrivener	122
3.1.3. Evolução recente	129
3.2. A harmonização negativa	131
3.2.1. A proibição de impostos discriminatórios	131
3.2.2. A proibição de impostos sobre o volume de negócios	143
<b>4. O Sistema Português dos Impostos Especiais de Consumo</b>	<b>153</b>
4.1. A legislação de primeira geração	153
4.2. O Código dos IEC de 1999	157
4.3. O Código dos IEC de 2010	160
4.4. A mecânica dos impostos especiais de consumo	164
<b>5. Âmbito de Aplicação Territorial</b>	<b>169</b>
5.1. O território nacional e o território da União Europeia	169
5.2. O estatuto dos Açores e da Madeira	173
<b>6. Incidência Subjectiva</b>	<b>179</b>
6.1. Depositário autorizado	181
6.1.1. Noção	181
6.1.2. Idoneidade fiscal	183
6.1.3. Autorização do entreposto fiscal	187
6.1.4. Direitos e deveres do depositário	197
6.1.5. A exploração do entreposto fiscal	201
6.2. O destinatário registado	206
6.3. O destinatário registado temporário	213
6.4. O expedidor registado	213
6.5. Outros sujeitos passivos	214
6.6. A revogação das autorizações	216
<b>7. Incidência Objectiva</b>	<b>221</b>
7.1. Regras gerais	222
7.2. Álcool e bebidas alcoólicas	228
7.2.1. Cerveja	229
7.2.2. Vinhos	230
7.2.3. Outras bebidas tranquilas fermentadas	231
7.2.4. Produtos intermédios	231

7.2.5. Álcool etílico	232
7.2.6. Bebidas espirituosas	233
7.3. Produtos petrolíferos e energéticos	234
7.4. Tabacos manufacturados	236
7.4.1. Charutos e cigarrilhas	236
7.4.2. Cigarros	238
7.4.3. Tabaco de fumar	238
7.4.4. Tabaco para cachimbo de água	239
7.4.5. Rapé	240
7.4.6. Tabaco de mascar	240
7.4.7. Tabaco aquecido e líquido contendo nicotina	240
<b>8. Isenções e Desagravamentos por Reembolso</b>	<b>243</b>
8.1. Isenções comuns	245
8.1.1. Expedição	245
8.1.2. Exportação	250
8.1.3. Representações diplomáticas e forças armadas	251
8.1.4. Provisões de bordo	253
8.1.5. Lojas francas	254
8.1.6. Pequenas remessas e bagagens pessoais	255
8.2. Isenções especiais	257
8.2.1. Álcool e bebidas alcoólicas	258
8.2.2. Produtos petrolíferos e energéticos	263
8.2.3. Tabacos manufacturados	275
8.3. Reembolso	276
8.3.1. Reembolso por erro	277
8.3.2. Reembolso por retirada do mercado	277
8.3.3. Inutilização e perda irreparável	278
8.3.4. Irregularidades na circulação em regime de suspensão	280
<b>9. Facto Gerador e Exigibilidade</b>	<b>281</b>
9.1. Fabrico, entrada em território nacional e importação	281
9.2. A introdução no consumo	289
9.2.1. Introdução no consumo por depositários autorizados	291
9.2.2. Introdução no consumo por destinatários registados	294
9.2.3. Saída e detenção fora do regime de suspensão	295
9.2.4. Produção fora de suspensão	295

9.2.5.	Importação fora de suspensão	296
9.2.6.	Entrada em território nacional fora do regime de suspensão	302
9.2.7.	Introdução no consumo de electricidade e gás natural	304
9.2.8.	Uso irregular de estampilhas	304
9.2.9.	Cessaçao ou violaçao dos pressupostos de beneficio fiscal	307
9.2.10.	Outros casos	307
9.2.11.	Introdução irregular no consumo	309
9.2.12.	Formalizaçao da introdução no consumo	310
9.3.	Perdas tributáveis	312
9.3.1.	Perdas na produçao	315
9.3.2.	Perdas na armazenagem	317
9.3.3.	Perdas na circulaçao	318
9.3.4.	Perdas por caso fortuito ou de força maior	319
<b>10.</b>	<b>Base Tributável</b>	<b>323</b>
<b>11.</b>	<b>Taxas</b>	<b>327</b>
11.1.	Álcool e bebidas alcoólicas	328
11.1.1.	Taxas normais	328
11.1.2.	Pequenas destilarias, cervejeiras e produtores de vinho	330
11.1.3.	Produtos dos Açores e da Madeira	335
11.2.	Produtos petrolíferos e energéticos	336
11.2.1.	Taxas normais	336
11.2.2.	Adicionamento sobre as emissões de CO <sub>2</sub> .	342
11.2.3.	Taxas reduzidas	343
11.2.4.	Taxas nos Açores e Madeira	345
11.2.5.	A Contribuição do Serviço Rodoviário	347
11.3.	Tabacos manufacturados	348
11.3.1.	Taxas normais	348
11.3.2.	Produtos dos Açores e da Madeira	351
<b>12.</b>	<b>Liquidação, Pagamento e Reembolso</b>	<b>353</b>
12.1.	Declaração de introdução no consumo	353
12.2.	Liquidação nas operações internas e intra-europeias	355
12.3.	Liquidação na importação	356
12.4.	Pagamento	359
12.5.	Reembolso	362

<b>13. Garantias</b>	369
13.1. Garantias na armazenagem	369
13.2. Garantias na circulação	371
13.3. Garantias do destinatário	372
13.4. Cumulação, ajuste e alteração	373
<b>14. Circulação</b>	375
14.1. Circulação em regime de suspensão	376
14.2. Responsabilidade do expedidor pela circulação	385
14.3. Circulação de produtos introduzidos no consumo	390
14.4. Compras de particulares para uso pessoal	390
14.5. Compras e vendas à distância	393
14.6. Direitos e garantias dos operadores	394
Jurisprudência Citada	399
Bibliografia	411